

**DEFESA DA DIGNIDADE EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE: UM ESTUDO NA
FEIRA LIVRE**

FRANCILENE ARAUJO DE MORAIS
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACISA

MARIA LUISA MENDES TEIXEIRA
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

DEFESA DA DIGNIDADE EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE: UM ESTUDO NA FEIRA LIVRE

1. INTRODUÇÃO

A dignidade da integridade da pessoa humana proposta por Tadd, Vanlaere, Gastmans (2010) corresponde ao sentido de dignidade social, proposto por Jacobson (2007, 2009) que, entre outros aspectos, pode ser promovida ou violada nas relações interpessoais, mediante o encontro de dignidades (Jacobson, 2009). Este encontro no ambiente organizacional pode ocorrer tanto entre pessoas honestas, de boas intenções e de “mentes abertas” ao desenvolvimento pessoal e profissional quanto entre pessoas que apresentam desníveis de poder e de autoridade (Jacobson, 2007).

O contexto organizacional é um ambiente assimétrico, principalmente no que se refere à distribuição do poder e da informação, sendo propício à violação da dignidade, tendo em vista as possíveis condições de vulnerabilidade vivenciadas pelas pessoas no cotidiano laboral (Jacobson, 2009).

Considerando que a vulnerabilidade decorrente das relações interpessoais pode estar presente nos mais diversificados contextos organizacionais, optou-se em estudar a feira livre.

A feira livre é um tipo de mercado que existe desde a Antiguidade. Constitui-se em um importante meio de comercialização e também um espaço de encontros e de lazer, à medida que as pessoas se reúnem em um determinado local para realizar vendas ou trocas de produtos e também para estabelecerem diálogos, consistindo até hoje numa atividade econômica e social relevante na vida de muitos brasileiros, em especial, na dos nordestinos (Sá, 2010, Gomes et al.(2013), Sales, Rezende & Sette (2011), Araújo (2011).

Apesar de sua importância cultural, social e econômica, a feira representa um ambiente ainda pouco explorado no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros. Além disso, o tema dignidade humana na feira livre não foi ainda contemplado, constituindo uma lacuna no conhecimento.

As pesquisas brasileiras voltadas para a temática feira têm abordado, por exemplo, sua tipologia, como a feira dos produtores (Dias & Souza, 2014, Oliveira & Missagia, 2014), a feira de negócios (Siqueira et al., 2014), a feira de artesanato como produto turístico (Machado & Filho, 2014), feiras de negócios, destacando aspectos de satisfação dos visitantes (Kuhn et al., 2014) e possibilidades de internacionalização (Veiga et al., 2013); suas relações entre compradores e vendedores (Lima et. al, 2012,Carvalho et al., 2010); sua identidade e a dos feirantes (Souza, Almeida & Pimentel, 2008 a, Sá, 2010, Carrieri et al., 2008b, Souza, Almeida & Pimentel,2008b), abrangendo questões de significado atribuídas ao trabalho (Souza & Tolfo, 2009) e aprendizagem organizacional (Souza, 2001); sua institucionalização e sobrevivência (Carrieri et al., 2007, Carrieri et al., 2008a); e sua cultura organizacional (Ferraz, 2011, Cavedon, 2002).

Dentre as feiras livres brasileiras, destaca-se no Nordeste a feira central de Campina Grande no interior da Paraíba, que é considerada como sendo uma das feiras mais tradicional e relevante, no que se refere aos seguintes aspectos: abrangência comercial, relevância regional, atração de inúmeros clientes e clientes em potencial, que geram receita de frequência, no mínimo, semanal, amplitude cultural, entre outros aspectos (Araújo, 2011, Miranda, 2009).

Ainda com o intuito de compor a lacuna de conhecimento, até o presente momento não se detectou na literatura estudos que mencionassem que a vulnerabilidade pudesse ser superada e nem como esta superação pode ocorrer.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Considerando que a dignidade é construída nas interações sociais, o que é denominado por Jacobson (2007) de encontro de dignidades, Jacobson (2009) diz que a vulnerabilidade é a condição fundamental que proporciona a violação de dignidade.

Desse modo, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como os feirantes lidam com sua dignidade em ambiente de vulnerabilidade?

A questão de pesquisa tratada de como os feirantes lidam em situações de vulnerabilidade com a possibilidade de que sua dignidade seja violada, recebe respaldo tanto de aspectos referentes ao Nordeste Brasileiro quanto do comércio das feiras livres. Ou seja, o nordeste tem-se caracterizado como um contexto que apresenta vulnerabilidade para a sobrevivência (Projeto Unicampo, 2003). A feira livre tem se mantido ao longo do tempo, desde os primórdios até a contemporaneidade, como sendo um importante meio de sobrevivência para a população, constituindo-se num espaço de trabalho informal (Sales, Rezende & Sette, 2011). Já, a feira central de Campina Grande, por sua vez, tem características de vulnerabilidade na medida em que não tem apoio dos órgãos públicos (Morais, 2016).

Este estudo tem por objetivo geral: Compreender como as condições de vulnerabilidade da feira central podem ser superadas pelos feirantes possibilitando-lhes a preservação ou promoção de sua dignidade. Quanto aos objetivos específicos estabeleceram-se: a) Identificar as condições de trabalho vulneráveis, as quais os feirantes são submetidos no cotidiano do trabalho na feira central; b) Compreender como os comerciantes lidam com as condições de vulnerabilidade inerentes ao mercado da feira; c) Entender como são construídas as relações de dignidade entre os feirantes.

3. FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. DIGNIDADE HUMANA

Uma maneira pela qual se pode começar a discussão da dignidade humana consiste em abordá-la sob as seguintes perspectivas: adquirida e/ou inata. Enquanto dignidade adquirida, pode ser concebida como sendo de natureza sociopolítica ou de mérito e também de *status* moral. Ambas são adquiridas no contexto social. Já a concepção de dignidade como valor intrínseco tem um sentido eminentemente inato, no que diz respeito à natureza humana. E a concepção de dignidade como integridade abrange tanto os aspectos inatos quanto adquiridos. (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010, Nordenfelt, 2003, Nordenfelt, 2004).

Apesar da dignidade sociopolítica e a dignidade como *status* moral serem adquiridas no contexto social, estas duas concepções diferenciam-se na maneira como o indivíduo as adquire. A dignidade do mérito, ou sociopolítica, é adquirida, mediante o papel social, *status* pessoal ou posição política e social que a pessoa ocupa na sociedade. Ou seja, quanto mais elevada a titularidade das funções públicas, o cargo ocupado (presidente, bispo, prefeito, entre outros) e o reconhecimento da sociedade acerca desse *status* pessoal, maior será o grau de dignidade que lhe será atribuído. Por sua vez, a dignidade como *status* moral é adquirida mediante as escolhas morais feitas pelos indivíduos e/ou grupos nas relações interpessoais e sociais. (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010, Nordenfelt, 2003, Nordenfelt, 2004).

De maneira oposta, a dignidade enquanto valor intrínseco do ser humano não é adquirida socialmente. Em vez disso, é herdada por todos os indivíduos ao nascerem, independente de suas características sociais, mentais ou físicas, fazendo parte de sua natureza humana. Deriva da ideia judaico-cristã de que fomos criados à imagem e semelhança de Deus ou por sermos seres racionais. O ser humano é um ser capaz de fazer escolhas como é

defendido, por exemplo, pela filosofia estóica e Kantiana. A dignidade, nesse sentido, constitui-se num valor inalienável do ser humano, que ninguém pode comprar, tirar e nem tão pouco destruir ou contestar (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010, Nordenfelt, 2003, Nordenfelt, 2004).

A concepção de dignidade como integridade abrange dois tipos de dignidade: a do *self* e a relacional. A dignidade do *self* corresponde ao autorrespeito e autovalor, podendo ser identificada nas relações, mediante características de confiança e de integridade. A dignidade relacional é construída nas interações entre indivíduos, grupos e sociedade e refere-se à presença de respeito e de valorização em direção ao outro, podendo ser expressa mediante comportamentos individuais e coletivos. Ambos os tipos de dignidade são suscetíveis de violação, podendo causar traumas na vida das pessoas, à medida que sua identidade é afetada e também o seu senso de responsabilidade e de autonomia (Jacobson, 2007, 2009).

Entre as ações que podem violar a dignidade, inibindo a autoestima e a autoconfiança, tornando as pessoas que tiveram sua dignidade violada objetos passivos, sujeitas aos caprichos de terceiros, destacam-se as seguintes: interferências físicas (machucões físicos), danos emocionais; insultos psicológicos, como a humilhação; restrição da autonomia ou exclusão das pessoas da interação social (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010, Nordenfelt, 2003, Nordenfelt, 2004, Mattson, Clark, 2011).

A promoção da dignidade do *self* e a relacional, aqui compreendida como dignidade da integridade, ocorre quando um dos indivíduos se encontra autoconfiante e em posição de confiança em relação ao outro. Ou seja, percebe-se como uma pessoa que confia no seu potencial é otimista, perseverante e acredita que coisas boas irão acontecer em sua vida. O outro, por sua vez, encontra-se em uma posição de compaixão, mente “aberta”, honesto e tem boas intenções. Sendo assim, o encontro de pessoas com estas características é mais propenso a resultar em promoção de dignidade, tendo em vista que o relacionamento entre eles é de solidariedade, reciprocidade, empatia e confiança. Além disso, contextos sociais que levem em consideração a provisão de renda, a moradia adequada, o acesso à educação e à saúde e o investimento social em bens públicos têm uma maior probabilidade para a promoção da dignidade (Jacobson, 2009).

A dignidade da pessoa humana tem sido alvo de estudo por profissionais de várias áreas do saber, tais como: educação, direito, saúde, psicologia, administração, entre outros (Araújo, 2013), tanto em contextos organizacionais quanto em situações da vida cotidiana. A seguir, abordar-se-á a dignidade no âmbito organizacional.

3.1.1 Dignidade Humana nas Organizações

A dignidade humana nas organizações abrange aspectos relacionados à dignidade do trabalhador (Ross, 2013), dignidade do trabalho (Berg & Frost, 2005), dignidade no local de trabalho (Brodie, 2004), levando em consideração os sentimentos e percepções do trabalhador em relação ao seu trabalho, as relações estabelecidas entre trabalhadores e entre estes e superiores hierárquicos, assim como práticas organizacionais a eles dirigidas, no contexto interno de uma determinada organização (Hepple, 2001, Hodson & Roscigno, 2004, Mattson & Clark, 2011).

Alguns estudos, no entanto, abordam dignidade do trabalho, no local de trabalho e práticas de gestão de pessoas como trabalho decente (ver Ghai, 2003). O trabalho decente tem sido estudado sob diferentes facetas, dentre as quais, destacam-se: as condições de trabalho, tais como: salubridade e higiene (Auerbach, 1988, Agassi, 1986); segurança no trabalho (Ghai, 2003); trabalho alienante e seus reflexos tanto na vida do trabalhador quanto no trabalho (Agassi, 1986).

Os baixos salários, riscos inerentes ao trabalho, recursos insuficientes do local de trabalho e baixa qualificação do trabalhador são aspectos que influenciam negativamente a percepção do trabalhador sobre sua própria dignidade, bem como a dignidade do trabalho, afetando, assim, o trabalho decente. Por outro lado, os altos salários, níveis adequados de ocupação/posto e recursos, acesso ao treinamento pessoal, adequados recursos para os seus trabalhos, e não fazer mais trabalhos do que ele possa fazer são variáveis que estão mais associadas com dignidade no trabalho (Berg & Frost, 2005).

Os trabalhos alienantes refletem negativamente na vida do trabalhador e no trabalho. Possuem as seguintes características: causam danos mentais psicológicos e/ou psicossomáticos (temporários ou não); não oferecem oportunidade para o trabalhador aprender coisas novas; afetam a performance do trabalhador, trazendo insatisfações laborais, tais como: baixo nível de interesse, pouca criatividade e interesse do indivíduo no trabalho. Além disso, a fragmentação e repetição de tarefas é a maior característica dos trabalhos que causam efeitos negativos, aliados à perda de autonomia no trabalho e significância deste para o trabalhador (Agassi, 1986).

Das consequências positivas das práticas organizacionais bem-sucedidas, o trabalho e a cidadania, bem como a redução de conflitos entre empregados e administradores são cruciais para a competitividade econômica, tendo em vista que os trabalhadores necessitam ser tratados com respeito e receber benefícios tangíveis em troca de seu maior esforço e empenho (Hodson & Roscigno, 2004).

Em suma, o trabalho tanto pode prejudicar a vida do trabalhador, caso não existam condições mínimas para o seu exercício com dignidade, quanto pode auxiliá-lo na sua emancipação, à medida que contribua para a construção de sua identidade social e coletiva.

Dentre os inúmeros espaços de trabalho eliciadores da construção da dignidade da integridade, aponta-se feira livre, conforme abordado a seguir.

4. A FEIRA LIVRE

As feiras livres apesar de terem, ao longo do tempo, seus espaços reduzidos em função da expansão de outros canais de comercialização, como os supermercados e os *shoppings*, desempenham até hoje um papel relevante, constituindo-se numa atividade econômica e social importante na vida de muitos trabalhadores, estimulando a economia local. (Sá, 2010, Gomes et al., 2013, Sales, Rezende & Sette, 2011, Araújo, 2011).

As feiras livres são espaços abertos, no sentido de propiciar encontros, conversas, articulações entre vendedores, compradores, fornecedores e pessoas, de modo geral (Ferreira et al., 2011, Souza et al., 2014).

É um ambiente diversificado e movimentado, cheio de sons, cores, odores etc. Os aromas se misturam: o perfume exalado pelas frutas e flores junta-se aos odores dos peixes. Pessoas de posses, pobres, brancos, negros, turistas, letrados, todos circulam pelas feiras (Ferreira et al., 2011, Cavedon, 2002).

Em relação às suas peculiaridades e singularidades, a feira livre é um ambiente ímpar de comércio em função de várias características, tais como: oferta de produtos diferenciados e de qualidade; relações de amizade e confiança estabelecidas entre vendedores e fregueses, que favorecem aos feirantes conhecerem as necessidades e desejos dos seus clientes e, dessa forma, aprimorar aspectos produtivos e de venda, a fim de atender continuamente a essas necessidades (Sales, Rezende & Sette, 2011).

Embora se trate de um espaço de amizades e de oportunidades para os clientes adquirirem produtos “novos”, de boa qualidade e de procedência segura, a feira é um negócio que precisa ser administrado com cuidado, eficiência, eficácia e dedicação, a fim de garantir não só a sobrevivência dos feirantes no mercado competitivo em que estão inseridos, mas

também a possibilidade de expandir o negócio, podendo vir a se tornar um forte instrumento de políticas públicas e um gerador de emprego e renda para o município (Sales, Rezende & Sette, 2011).

A feira livre de Campina Grande é um espaço de trabalho, cuja origem está diretamente ligada ao surgimento da cidade e ao processo de urbanização do Brasil.

Localizada nos arredores de um caminho usado desde o tempo colonial próximo à Estrada Real, Campina Grande é o tipo da cidade mercado, que se relaciona com o sertão, o brejo e a capital, bem como com outros estados da mesma região: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará (Cardoso & Maia, 2010).

Por se tratar de uma rota estratégica, essa região aglomerava tropeiros e boiadeiros, facilitando, assim, o comércio e trocas de diversos produtos, como farinha da mandioca, algodão, carne, cordas, milho, frutas, cana, aguardente etc. Ademais, a feira de Campina Grande destacou-se pelo papel centralizador em virtude da própria condição geográfica onde está localizada (Ferreira et al., 2011, Cardoso, Maia, 2010).

A feira de Campina Grande continua sendo um espaço integrador, que liga o campo à cidade, pois é para as feiras que se dirigem os agricultores e criadores. O dia da feira é marcado por muitas conversas, compras e vendas de produtos diversificados. É o momento em que os pequenos agricultores da redondeza trazem os seus produtos para serem vendidos e se abastecem de outros gêneros. É também o momento do encontro com o cliente, o esperado e amigo cliente, além de um espaço destinado às amizades e diversas conversas, que tratam de assuntos variados, desde problemas familiares, religião, política, até dicas de receitas, remédios, entre outros (Cardoso & Maia, 2010, Araujo, 2011).

A feira de Campina Grande é marcada pela mistura do novo com o velho, do rural com o urbano, do moderno com o tradicional. Encontram-se desde produtos manufaturados de maneira rudimentar, como lamparinas de latas reutilizadas; abano de palha para fogão; chapéus de couro e de palha, até aparelhos eletrônicos e serviços, como “disque feira” e “disque frete” (Pereira Junior, 1977). Continua sendo um espaço integrador, que liga o campo à cidade, pois é para as feiras que se dirigem os agricultores e criadores. (Cardoso & Maia, 2010; Araujo, 2011).

Ao longo do seu percurso etnográfico na feira central de Campina Grande, Morais (2016) observou a ausência de vários órgãos públicos de fiscalização do governo na feira, colocando os feirantes em condições de trabalho vulneráveis. Entre estes, destacam-se a Superintendência de Trânsito e Transporte da Paraíba- STTP, Secretaria do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Ministério Público, Normas e Regulamento, Pesos e Medidas, entre outros, o que torna, entre outros aspectos, um espaço de trabalho vulnerável tanto aos feirantes, clientes quanto aos demais *stakeholders* que permeiam de maneira direta e indireta este ambiente.

A Vigilância Sanitária, por não fiscalizar a feira, sobretudo as carnes, faz com que cada comerciante passe a cuidar de seu negócio sem se preocupar em atender as exigências deste órgão do governo. Isto contribui para o aumento e fortalecimento de doenças, bem como para a visível sujeira, encontrada em alguns boxes e/ou bancadas. Além disso, favorece que os boxes e/ou bancadas sejam construídas e equipadas com materiais distintos, dificultando a limpeza e a higiene (Morais, 2016).

A ausência do Ministério Público na feira fortalece a exploração da mão de obra infantil, amplia o número de casos de prostituição, além de favorecer o aumento do uso de drogas e de álcool, causando a indignação aos comerciantes e à população em geral.

A ausência de órgãos fiscalizadores das Normas e Regulamentos faz com que a feira cresça de maneira desordenada e fora do padrão. Por exemplo, existem bancadas de um metro quadrado, que é o tamanho estabelecido pela prefeitura e outras de três ou mais metros. Isto

deve-se à influência dos laços familiares e de amizade, interferindo na ocupação espacial (Morais, 2016).

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa da etnografia, ancorada no paradigma interpretativista da pesquisa social. Trata-se de um método de pesquisa qualitativa oriundo da Antropologia Social, que, entre outros aspectos, transcende a maneira de fazer pesquisa e/ou de coletar dados, tornando-se uma forma de construir conhecimentos, que possibilita ao pesquisador vivenciar o campo *in loco*, participar das experiências dos informantes no próprio local onde eles vivem (Cavedon, 1999, Cavedon, 2003, Angrosino, 2009) e também compreender o nativo mediante seu próprio ponto de vista (Malinowski, 1978).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizaram-se diversas técnicas a fim de apreender e compreender a realidade da feira central, tais como: observação participante e não participante, entrevistas face a face: semidirigida e em profundidade, levantamento de registros históricos, elaboração de diário de campo, consulta a literatura de cordel, entre outras. (Oliveira, Cavedon & Figueiredo, 2012, Magnani, 2009, Angrosino, 2009).

5.1. PARTICIPANTES DO ESTUDO, FORMAS DE ACESSO, TÉCNICAS DE ANÁLISE

Ao longo do percurso etnográfico foram entrevistados 42 (quarenta e dois sujeitos), sendo 26 **F** (vinte e seis **feirantes**); 12 **C** (doze **clientes**); 1 **MAF** (um **membro da associação dos feirantes**); 1 **AG** (um membro da **administração geral** da feira); e 2 **EF** (dois **estudiosos da feira central**).

Dos 26 feirantes entrevistados, 17 são do sexo masculino e 09 do sexo feminino, de faixa etária a partir de 26 até 75 anos. O nível de escolaridade predominante é o ensino médio completo (7); seguidos do ensino fundamental completo (6), do ensino superior (5); ensino fundamental incompleto (3); ensino médio incompleto (3), ensino superior incompleto (1); e pós-graduação incompleta (1). Os tipos de produtos comercializados são variados e vão desde gêneros alimentícios (temperos, queijos, mel e bolos, frutas, legumes, verduras, goma, carne de charque e de sol), até utensílios, redes, roupas, ferragens, sandálias, DVD, flores, mercadinho, bar e lanchonete, artigos de couro e cereais, grãos e estivas. Quanto ao tempo que trabalham na feira, este variou de 04 até 60 anos.

Em relação aos 12 (doze) clientes, 03 (três) são do sexo masculino e 09 (nove) do sexo feminino, de faixa etária a partir de 29 a 70 anos. Dois são divorciados, uma é solteira e nove são casadas. Quanto às profissões, observou-se: professor (03); vendedor (02); comerciante (01); empresária (01); enfermeira (01); engenheiro agrônomo (01); do lar (01); assistente administrativo (01); advogado (01).

A participante ou membro da associação dos feirantes é do sexo feminino, graduada em pedagogia, casada, de faixa etária em torno de 55 anos. Já o representante da administração geral da feira é do sexo masculino, casado, possui nível de escolaridade superior, também de faixa etária em torno de 55 anos.

Os estudiosos da feira são das áreas de História e de Comunicação Social, sendo um do sexo feminino e o outro do sexo masculino. Um é casado e o outro é solteiro, de faixa etária, cada um, em torno dos 50 anos.

Os feirantes, o membro da associação dos feirantes e o representante da administração geral da feira foram abordados na feira livre e convidados a participarem do referido estudo, bem como esclarecidos acerca dos objetivos e procedimentos que seriam usados.

Os clientes entrevistados foram escolhidos mediante os critérios de acessibilidade e saturação, ou seja, as entrevistas foram concluídas à medida que as respostas passaram a se repetir.

O membro da associação dos feirantes e também o representante da administração geral da feira foram entrevistados tanto de maneira semidirigida quanto em profundidade, mediante os mesmos critérios já informados.

Quanto aos estudiosos da feira, eles também foram abordados em seus locais de trabalho, só que, em vez da feira central, foram entrevistados no Museu de Artes e Cultura Popular da cidade de Campina Grande. Ambos foram contactados a fim de conhecer mais de perto a origem, o desenvolvimento e a expansão da feira central, levando-se em consideração não só os conhecimentos publicados em livros, revistas, redes sociais a respeito da feira central, mas se desejava também ouvir e ver recortes da feira de Campina Grande, mediante relatos, materiais e documentos expostos no Museu da Cidade.

As entrevistas semidirigidas e em profundidade foram transcritas na íntegra, assim como as observações participantes e não participantes registradas no diário de campo foram analisadas conforme os estudos realizados por Cavedon (1999, 2003, 2014), e seguiram a técnica de análise de conteúdo do tipo categorização temática proposta por Krippendorff (1990) que, entre outros aspectos, possibilita ao pesquisador elaborar inferências a partir dos dados coletados, de maneira a relacioná-los com aspectos do contexto.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1. CONDIÇÕES DE TRABALHO VULNERÁVEIS, AS QUAIS OS FEIRANTES SÃO SUBMETIDOS NO COTIDIANO DO TRABALHO NA FEIRA CENTRAL

Andar pelas ruas da feira de Campina Grande sem sinalização, sem a presença da fiscalização do trânsito e sem a supervisão sonora gera conflitos que interferem nas relações interpessoais e torna as pessoas mais suscetíveis ao *stress*, além de influenciar negativamente o cliente: “Adoro ir à feira, fazer minhas compras, conversar com meus amigos [...]. Mas, quando penso naquelas motos e também nas carroças batendo em minhas pernas, desisto...” (C 1, 2015). Outra cliente diz:

Em dia de sábado, não vou de jeito nenhum. Tem muita moto circulando no meio da feira, tem os brejeiros que trazem seus produtos e colocam no chão para vender ou então, usam suas caminhonetas. Tem também os autofalantes e feirantes gritando, chamando o cliente. Nossa! Um horror [...] (C2, 2015).

Ao se referir aos fornecedores e tráfego confuso, uma feirante diz: “Eles chegam cedo, param os seus carros e caminhões no meio da rua, em frente das barracas, dificultando o acesso de feirantes e clientes” (F1, 2015).

Além da ausência da fiscalização dos órgãos públicos, a feira não dispõe de posto de saúde: “Aqui, se alguém se ferir, não tem como ajudar... não temos posto de saúde, para cuidar nem de um corte”. (F3, 2015) “Se alguém se machucar, nós mesmos pegamos e levamos a pessoa para o hospital” (F4, 2015).

O sistema de policiamento da feira também deixa a desejar, no que se refere à trazer segurança aos feirantes e clientes. O posto policial da feira, quebrado em função de um arrastão, foi recentemente reaberto, passando a contar com a presença de dois policiais, que não dão conta de atender as elevadas demandas da feira, devido aos roubos frequentes:

Uma outra coisa foi que, o ano passado, eles [os bandidos] estavam fazendo arrastão já na feira, quando foi derrubado o posto policial, nós fizemos um ‘abraço a feira,’ pedimos mais segurança. Com isso aí a gente [feirantes e associação] chegou a falar com o comandante, com o poder público, aí a gente conseguiu dois policiais pra ficar

dentro da feira, diariamente, e então eles passaram a dar uma circular na feira e isso inibiu um pouco a violência aqui (F5, 2015)

Corroborando a falta de fiscalização dos órgãos públicos na feira, vem ocorrendo o fortalecimento do tráfico, enquanto organização: “Quando o poder público não se estabelece o tráfico vai lá e se estabelece” (E.F, 2015), deixando os feirantes amedrontados e inseguros:

Hoje o tráfico está estabelecido na feira de Campina Grande, com as demarcações de áreas pelos chefões do tráfico né, pelos traficantes. É outra coisa brutal na feira de Campina Grande até então desconhecida para os feirantes. Fosse só o comercio [das drogas] tudo bem, mas [suspiro] está estabelecido como bolsão de drogas e produção de drogas e comercialização e demarcação de área, sabe? (E.F, 2015)

As precárias condições de trabalho podem ser compreendidas, segundo as próprias palavras de uma feirante:

As condições de trabalho na feira são sub-humanas. É acordar cedo, alimentar-se mal, correr muito, fazer todo tipo de trabalho e conviver com as diversas relações pessoais: a gente convive desde o pedinte... convive com a violência, convive com o feirante que tá aqui também, convive com os freguês (sic) né, que chama cliente que vem comprar, a gente convive com tudo (F6, 2015)

6.2. COMO OS FEIRANTES LIDAM COM AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE E DEFENDE A SUA DIGNIDADE

Nem todos os feirantes aceitam viver em condições sub-humanas de higiene e de limpeza. É o caso da feirante que não só decidiu preparar suas refeições como também as dos colegas feirantes, aproveitando, assim, a oportunidade para abrir o seu próprio negócio:

A falta de higiene nessa feira era tão grande que eu tinha nojo de comer aqui...Então comecei a cozinhar minha própria comida. Ai o pessoal vizinho [outros feirantes] diziam (sic): o que é que a senhora tá fazendo ai? Tá tão cheiroso... não daria para a senhora fazer pra gente também. Foi assim, que comecei a fazer comida na feira para os outros feirantes (F7, 2015).

O relato desta experiência possibilitou a percepção de que, mesmo submetida a condições violadoras, a dignidade humana, enquanto valor intrínseco, é preservada, tratando-se de valor inalienável (Kant, 2005). Valor que ninguém pode comprar, tirar e tampouco destruir ou contestar (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010).

Porém, nem todos os seres humanos conseguem dar a volta por cima, conforme mencionado anteriormente. Em vez disto, as condições precárias da feira central podem provocar nos feirantes o sentimento da vergonha “Tem gente que tem vergonha de dizer que tá na feira” (F1, 2015). Ao passo que despertar em outras pessoas curiosidade para saber o porquê de se estar na feira, do jeito que está: “Menina o que é que tu estás fazendo aqui?”. A vergonha decorrente das condições de trabalho é uma forma de violar a dignidade, inibindo a autoestima e a autoconfiança. (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010, Nordenfelt, 2003, 2004).

As condições degradantes da feira ultrapassam as questões de higiene, sinalização e sonorização, abrangendo, também, comportamentos sociais desviantes e, por conseguinte, reforçando sua característica de ser um ambiente de mercado eminentemente violador da dignidade humana, conforme aponta o entrevistado:

A dignidade na feira de Campina Grande está extremamente castigada: elevado índice de prostituição; prostitutas sem assistência médica e social; falta de projetos educacionais para as crianças da feira e falta de projetos para os próprios animais, que são soltos na feira, como os gatos e cachorros (E.F, 2015)

A ausência do Ministério Público na feira abre margens para a violação da dignidade humana, não apenas no que se refere ao aumento dos casos de prostituição. Passa abranger

também problemas sociais de exploração da mão-de-obra infantil, o fortalecimento do uso de drogas ilícitas e de álcool na feira, inserção e fortalecimento do tráfico, entre outros.

A falta de segurança por não haver policiamento suficiente na feira levou os feirantes a se organizarem e contratarem vigilância privada para cuidar de sua segurança. Ou seja, eles procuram criar condições de trabalho dignas no tocante à segurança no trabalho, elemento fortemente indicador de trabalho decente (Ghai, 2003).

Não havendo o exercício da governança na feira, mediante a presença de seus órgãos fiscalizadores, o governo abre margens tanto para que a má-fé e o oportunismo se fortaleçam nas relações interpessoais e grupais quanto, indiretamente, permita o fortalecimento da existência da dignidade relacional dos feirantes em direção aos outros feirantes, bem como deles em relação aos clientes e fornecedores e/ou produtores.

Independente das condições de trabalho desfavoráveis, os feirantes conseguem estabelecer entre si relacionamentos fundados nos laços de amizade, solidariedade, respeito, reciprocidades, que favorecem a ajuda mútua e contribuem para o fortalecimento das relações de confiança e, por conseguinte, para construção da dignidade relacional (Jacobson, 2007, 2009) no mercado da feira de Campina Grande.

Cada vez que o governo não age ou não governa a feira, coloca, a princípio, os feirantes em situações de desvantagem social e/ou situação de risco. Porém, ao se organizarem frente à resolução dos problemas, ganhando autonomia para gerenciarem o seu negócio de maneira independente, fica entendido que os feirantes caminham para resgatar a dignidade da integridade. O governo pode até deteriorar as condições de trabalho na feira, possibilitando o surgimento da violação da dignidade humana, mas cabe aos feirantes acatarem ou não a violação recebida.

Neste sentido, os feirantes lutam para não ceder às possibilidades de violação de sua dignidade, na direção de resgatar sua integridade enquanto trabalhadores dignos de condições adequadas de trabalho. Além disto, buscam controlar suas próprias naturezas instintivas: “Eu não quero ser como eles [referindo-se aos bandidos]. Eu sei matar... mas, não quero e nem vou fazer isso...” (F2, 2015); fazem escolhas morais, assumindo o controle de suas vidas como uma forma de lidar com a vulnerabilidade e superar as situações violadoras de sua dignidade.

Para suprir a necessidade de segurança, os feirantes pagam uma vigilância privada alternativa. Esta vigilância é composta por um grupo de homens, que ficam andando pela feira, bem como passando nos estabelecimentos dos seus “contratantes” para verificar se eles estão ou não precisando de auxílio. No final da feira, os feirantes fazem o pagamento: “A feira já teve foi pior ainda [em termos de violência]. Melhorou não pelo governo, mas sim por a gente [feirantes]. Agente contrata umas pessoas que ficam ai rondando a feira e no final da feira a gente paga a cada um, dá uma contribuição e eles se cotizam entre eles” (F9, 2015) “Nos cotizamos e damos um valor para eles” (F10, 2015) “Com isso, a violência, os assaltos e roubos, que eram muitos, diminuíram” (F12, 2015). “Eles pegam o ladrão e levam para os policiais, quando eles estão aqui. Se não, botam para fora da feira (F13, 2015). “E, de fato, funciona [a vigilância privada]”. “Aconteceu alguma coisa errada, vem pega e traz, porque ai inibe um pouco a falta de segurança” (F11, 2015)

As relações entre os feirantes no mercado da feira de Campina Grande caracterizam-se pela vulnerabilidade e a superação desta vulnerabilidade é feita por diferentes caminhos. Na relação específica entre o governo e feirantes, diante da ausência da governança do governo, os feirantes se unem para resolverem problemas de ordem física, estrutural e social, ganhando autonomia para gerenciarem seu próprio negócio e, dessa forma, não se deixarem contaminar pelas condições de trabalho na feira que são eminentemente degradantes: “Aqui na feira, as condições de trabalho são sub-humanas” (F3, 2015).

Dentre as diversas formas de não se acomodarem com a falta de governança, aponta-se a organização dos feirantes e, posterior contratação da segurança privada: “Temos que proteger a nós mesmos, nossa família e nossos clientes aqui na feira” (F4, 2015).

Outro aspecto refere-se aos cuidados que alguns feirantes apresentam em seus comércios, no que se refere à limpeza, higiene no manuseio dos alimentos e cuidados com a própria estética das barracas. “Não sou bicho e não quero viver como bicho” (F5, 2015). “Tenho que cuidar do ambiente que trabalho... é daqui que tiro o meu pão” (F6, 2015).

A organização dos feirantes frente à construção da Associação dos Feirantes também é uma forma de se organizarem para resolverem os degradantes problemas que permeiam a feira central.

As relações de dignidade entre feirantes são construídas mediante o “controle” da vulnerabilidade que eles vivenciam no cotidiano laboral, estabelecendo laços não apenas fracos, mas também laços fortes (Granovetter, 2007). Desse modo, os feirantes atenuam a vulnerabilidade decorrente da possível má-fé, optando em responder às condições de trabalho na feira, que são eminentemente indignas, de forma digna.

Diante de um contexto físico degradante e repleto de problemas sociais, de forma a preservar sua dignidade os feirantes se unem, solidarizam-se uns com os outros, passam a ter comportamentos de reciprocidade, cuidando e protegendo uns aos outros, protegendo-se até da violência na feira, de maneira coletiva, mediante a contratação de uma segurança particular. Ao agir desta maneira, eles não só preservam a dignidade do *self* e da integridade (Tadd, Vanlaere & Gastmans, 2010), como também constroem a dignidade social (Jacobson, 2007, 2009)

6.3 A DEFESA DA DIGNIDADE NO CONTEXTO NORDESTINO

As condições de vulnerabilidade vivenciadas pelos feirantes na feira central e a forma como se organizam para tentar superá-las não são restritas apenas a esse contexto, mas refletem a própria história de vida dos nordestinos, que é marcada por constantes lutas pela sobrevivência. Esta é alcançada, mediante a superação dos problemas climáticos/ geográficos, econômicos, sociais e políticos existentes. As condições de vida da maioria dos nordestinos, em termos de ausência de políticas econômicas e sociais, os colocam em situação de vulnerabilidade.

Essa história de vida adversa dos nordestinos está amplamente registrada na literatura de cordel, que é considerada um relevante veículo de comunicação da cultura popular:

O fenômeno da SECA
provoca longa estiagem,
que seca a água de rio,
de lagoa, de barragem...
causa um verdadeiro drama,
modifica o panorama
e desmorona a paisagem.
(Bandeira & Dantas, 2013, p. 3)

No entanto, apesar de imersos em condições violadoras da dignidade humana não só na feira central como nos demais contextos de vida, os nordestinos buscam alternativas para superarem as dificuldades e preservarem a sua dignidade:

Sabemos ser bem difícil
Mas temos que aprender
Conviver com o Semi-Árido
E nele sobreviver
Servir à nossa cultura,

Fazer da agricultura
O jeito de se viver.
(Projeto Unicampo, 2003, p. 1)

Frente às dificuldades enfrentadas pelos nordestinos e pelos feirantes na feira central de Campina Grande, pergunta-se de onde vem a força de superação. Mais uma vez, encontram-se respostas na literatura de cordel, quando trata da busca pela realização dos sonhos, da persistência, do trabalho árduo, da solidariedade e dos valores morais.

Os nordestinos não se acomodam diante das dificuldades inerentes ao seu contexto. Ao contrário, buscam saídas para superarem suas dificuldades e têm como característica a **persistência**:

No Nordeste chove pouco.
Sei disto desde criança.
Mesmo assim, o nordestino
Peleja e nunca se cansa.
Por que cada gota d'água
Renova a sua esperança.
(Unicampo, 2010, p. 13)

Dentre estes caminhos, existe o **sonho otimista**, preservando o entusiasmo com uma vida melhor; o uso de lentes positivas para interpretar as dificuldades cotidianas; o **trabalho árduo** na conquista dos sonhos:

A vida faz uma cota
De debates da história
Quem não pensa na vitória
Também não pensa em derrota.
Não sou do time que bota
Os fracos e oprimidos,
Se os grandes são escondidos
Vai ter quem queira mostrar,
Não vim aqui para jogar
No time dos excluídos.
(Acopiara & Bezerra, 2005, p. 14)

Outras vezes, dando significado pessoal ou valor simbólico às árduas atividades realizadas, como, por exemplo, a de ser feirante: “Ser feirante para mim, significa obter o pão de cada dia com o suor do meu rosto [...]” (F1, 2014). “É daqui que tiro o meu sustento e os dos meus filhos, com honestidade [...] é uma forma digna de sobrevivência” (F3, 2014).

O valor simbólico do trabalho associa-se tanto à forma como as pessoas interpretam sua inserção no mercado de trabalho quanto à maneira como percebem a própria atividade que executam e respectivo contexto (físico, social e psicológico) (Muchinsky, 2004, Zanelli, 2004)

A **solidariedade**, uma das formas de superação das dificuldades encontradas nas relações entre feirantes, também tem suas raízes na cultura nordestina:

A solidariedade
É um pão bem repartido
Que sendo bem dividido
Alimenta a humanidade,
Egoísmo e vaidade,
Ira, orgulho e maldizer,
São jogar fora o prazer
De abraçar, amar, sorrir:

QUEM NÃO VIVE PARA SERVIR
NÃO SERVE PARA VIVER.
(Monteiro, 2012, P.3)

Em suma, a persistência, o sonho otimista, o trabalho árduo e a solidariedade, reciprocidade, união, entre outros aspectos, são formas que o nordestino encontram para superar as dificuldades inerentes ao contexto de vulnerabilidade em que vivem, possibilitando-lhes assim, defender sua dignidade.

7. CONCLUSÃO/ CONTRIBUIÇÃO

As relações de dignidade no mercado da feira central de Campina Grande são construídas paradoxalmente a partir da vulnerabilidade presente nestas relações. Paradoxalmente, porque Jacobson (2007, 2009) aponta a vulnerabilidade como condição principal para a violação da dignidade humana, numa relação direta entre os dois constructos, sem pressupor que a vulnerabilidade pode ser superada, visando à manutenção ou à promoção da dignidade.

Na feira central de Campina Grande, tanto a solidariedade quanto a reciprocidade e a união frente à resolução de problemas de governança têm suas raízes na cultura nordestina. Estes achados indicam, mais uma vez, que, diferentemente do que foi proposto por Jacobson (2009), a vulnerabilidade pode ser considerada como condição que necessariamente proporcionará a ocorrência de violação da dignidade. No entanto, a depender do contexto cultural, os indivíduos podem desenvolver repertórios que lhes permitam defender sua dignidade em meio a contexto de vulnerabilidade.

Além destes, a persistência, o sonho otimista, o trabalho árduo são aspectos culturais que favorecem aos nordestinos lutarem pela defesa de sua dignidade. Estes aspectos de maneira direta e indireta contribuíram para que os feirantes da feira central de Campina Grande construíssem sua dignidade.

Diante de um espaço de trabalho eminentemente vulnerável, os feirantes, entre outros aspectos, estabeleceram entre si laços fortes e fracos, além de unirem-se para superar as dificuldades, construindo relacionamentos baseados na confiança, solidariedade e reciprocidade. Dessa forma, passaram a defender sua dignidade, na direção de preservá-la e/ou promovê-la.

A vulnerabilidade de acordo com este estudo não é determinística para a violação, mas possibilita a superação. Isto vai depender do repertório cultural em que o indivíduo desenvolveu sua história de vida

Em termos teóricos, ao estudar a dignidade no mercado da feira livre, contribuiu-se para a expansão dos estudos de dignidade, que até então era estudada sob a perspectiva de dignidade nas organizações (Hodson & Roscigno, 2004) e dignidade das organizações (Teixeira et al., 2014).

Já, do ponto de vista das contribuições práticas, espera-se que este estudo contribua para que as partes interessadas que permeiam o mercado de modo geral – e não só a feira livre – possam refletir sobre seus comportamentos e passem a agir entre si com base no respeito mútuo, na solidariedade, na reciprocidade e na honestidade. Tendo em vista que, as condições de vulnerabilidade podem ser superadas, gerando dignidade.

A inovação do estudo reside em compreender como os feirantes lidam com as condições de vulnerabilidade eminentes ao ambiente da feira livre. Ou seja, se estas condições de vulnerabilidade podem ser superadas e se podem, como ocorre a superação, tendo em vista a preservação ou promoção da dignidade humana.

Dentre os aspectos de relevância, destaca-se que não foram encontrados estudos que discutam como a dignidade é vivenciada em contextos organizacionais de vulnerabilidade.

Dentre as limitações do estudo, apesar do estudo dos diferentes *stakeholders* no mercado da feira livre, as relações analisadas foram em díades e não em redes. Nesse sentido, lança-se como agenda para futuras pesquisas que o estudo da relação entre eles seja feita considerando redes de relacionamentos. Para tanto, poderá ser usada tanto a etnografia mediante a construção de outros atores sociais como também outras metodologias qualitativas e/ou quantitativas.

Outro limite da pesquisa refere-se ao fato de se ter constituído apenas um dos atores sociais no percurso etnográfico, no caso o cliente. Recomenda-se que outros estudos com base na abordagem etnográfica constituam outros *stakeholders*, como, por exemplo, o ator feirante e/ou fornecedor.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acopiara, M., & Bezerra, J. (2005) *Gente e Coisas do Nordeste*. Iguatu: Folheto de Cordel
- Agassi, J. B. (1986). Dignity in the Workplace Can Work Be Dealienated? *Journal of Business Ethics*, v. 5, p. 271–284.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Araújo, G. A. F. (2011). *Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2006)*. Tese de Doutorado em História, Especialidade em Idade Contemporânea (UMINHO) e História Social (UFBA). Regime de Co-tutela, Universidade do Minho.
- Auerbach, J. (1988). Organized Labor: Toward A New Dignity in the Workplace. *Journal of Career Development*, v. 15, n.01,
- Baer, F. (2016). *Creative proverbs from around the world*. Recuperado de <<http://creativeproverbs.com>>
- Bandeira, D. & Dantas, J. S. (2013). *Cenários do Interior: Seres, Fatos e Natureza em Geral*. Campina Grande: Folheto de Cordel.
- Berg, P. & Frost (2005). A. Dignity at Work for Low Wage, Low Skill Service Workers. In *Industrial Relations*, v. 60, n. 04.
- Brodie, D. (2004). Protecting Dignity in the Workplace: The Vitality of Mutual Trust and Confidence. *Industrial Law Journal*, v. 33, p. 349–354.
- Cardoso, C.A.A. & Maia, D. S. (2010). *A feira de Campina Grande: Onde se encontra o moderno e o tradicional*. Porto Alegre: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos-ENG.
- CarrierI, A. P., Saraiva, L. A. S., LIMA, G. C. O. L. & MARANHÃO, C. M. S. A. (2008 a) Estratégias Subversivas de Sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 6, p. 174–192.
- Carrieri, A. P., Saraiva, L. A. S., Pimentel, T. D. (2007). *O Processo de Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte*. Enanpad.
- Carrieri, A. P., Souza, M. M. P., Almeida, G. O. (2008b). Feirante ou barraqueiro? Identidades e estratégias na Feira do Jubileu. Belo Horizonte: *Revista Economia & Gestão da PUC Minas*.

- Carvalho, V. D., Borges, L. O. & RÊGO, D. P. (2010). Interacionismo Simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. *Rev. Psicologia, Ciência e Profissão*. v. 30, n. 1, p. 146-162.
- Cavedon, N. (2002). “*Pode chegar, freguês*”: A cultura organizacional do mercado público de Porto Alegre. Enanpad.
- Cavedon, N. R. (2003). *Antropologia para Administradores*. Porto Alegre: UFRGS.
- Cavedon, N. R. (2014). Método Etnográfico: da Etnografia Clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, E.M. (org.). *Metodologias e Analíticas Qualitativas em Pesquisa Organizacional: Uma abordagem teórica-conceitual*. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, p. 65-90. Recuperado em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rp_p=20&etal=-1&null=&offset=0>.
- Cavedon, N. R. (1999). *O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas*. AnPad.
- Dias, T. F. & Souza, W. J. (2014). Gestão social e econômica solidária: o caso da Associação dos Produtores e produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró- Aprofam, Mossoró: *Teoria e Prática em Administração*, v. 4, p. 261–294.
- Ferraz, D. L. (2011). Processos decisórios e aspectos simbólicos: um estudo das culturas organizacionais da feira do livro de Porto Alegre. *Organizações & Sociedade*, v. 18, p. 77–98.
- Ferreira, C. M. A., Wanderley, D. M. A., Ferreira, D. J. L., Maia, H. J. L., Medeiros, M.C. S. & Lima, V. L. A. (2011). Percepção dos Impactos Ambientais na feira central de Campina Grande-Pb. *Revista Educação Agrícola Superior*, v. 26, n. 1, p. 3–6.
- Ghai, D. (2003). Decent Work: Concept and indicators. *International Labour Review*, v. 142, n. 02, p. 113–145.
- Gomes, A. F., Silva, J. S. F., Santos, A.A., Santana, W.G.P. S. & Santos, J.A.G.S. (2013). *Perfil Socioeconômico de Mulheres Feirantes : um estudo no interior baiano*. Vitória da Conquista: IV Encontro de Administração Política, p. 1–16.
- Gouveia, V.V., Guerra, V.M., Araújo, R.C.R., Galvão, L.K.S. & Silva, S.S. (2013). Preocupação com a Honra no Nordeste Brasileiro: Correlatos Demográficos. In: *Psicologia & Sociedade*, 25 (3), 581-591.
- Granovetter (2007). M. *Ação econômica e estrutura social: O problema da imersão*. *Fórum-Sociologia Econômica. RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, Art. 9, jan/jun. ISSN 1676-5648.
- Granovetter (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, Issue 3, p. 481-510.
- Hepple, B. (2001). *Equality and empowerment for decent work*. *International Labour Review*, v. 140, n. 1.
- Hodson, R., Roscigno, V. J. (2004). Organizational success and worker dignity: complementary or contradictory? *The American Journal of Sociology*, v. 110, n.3, p. 672–708.

- Jacobson, N. (2009). *A taxonomy of dignity: a grounded theory study*. BMC International Health and Human Rights. v. 9, n. 3, p. 1–14.
- Jacobson, N. (2007). Dignity and health: A review. *Social Science & Medicine*, v. 64, p. 292-302.
- Kant, I. (2005). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros Escritos*. São Paulo: Martins Claret.
- Krippendorff, K. (1990). *Metodologia de Análisis de Contenido*. Barcelona, Paidós.
- Kuhn, I.N., Froemming, L. M. S., Pieper, G. W. & Pieper, N. W. (2014). Hospitalidade e Lazer como fatores de satisfação de visitantes em feiras e exposições. *Revista de Administração IMED*, v. 4, p. 13.
- Lima, C. O., Sá, M.A.D., Rodrigues, M.A., Cavalcanti, E. P. & Oliveira, L.M. B. (2012). Feira da Sulanca em Caruaru-PE: *Um Palco Cultural para as Representações Simbólicas entre Compradores e Vendedores*. EMA.
- Machado, S. F., Filho, R. E. F. (2014). A Feira de Artesanato em Pedra Sabão, como produto turístico, na perspectiva dos artesãos, Ouro Preto: *Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo*, v. 8, p. 39–65.
- Magnani, J. (2009). *Etnografia como prática e experiência*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 15, n.32, jul./dez., p.129-156
- Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.
- Mattson, J. D. & Clark, S. (2011). *Human dignity in concept and practice*. Policy Sei, 44, 303–319.
- Miranda, G. M.S. (2009). *A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru e de Campina Grande*. Dissertação de Mestrado da UFPE, Recife.
- Monteiro, M. (2012). *Lição de Cidadania e Mais 3 poemas*. Campina Grande: Folheto de Cordel.
- Morais, F.A. (2016). *Dignidade nas relações entre Stakeholders no mercado da feira livre de Campina Grande: um estudo etnográfico*. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo, 2016.
- Muchinsky, P. (2004). *Psicologia Organizacional*. São Paulo: Thomson.
- Nordenfelt, L. (2003). *Dignity and the Care of the Elderly*. Medicine, Health Care and Philosophy, v.6, p. 103-110.
- Nordenfelt, L. (2004). *The Varieties of Dignity*. Health Care Analysis, v.12, 69-81.
- Oliveira, J. S., Cavedon, N.R. & Figueiredo, M.D. (2012). O Artesanato na Ótica de Quem o Produz: Com a Palavra os Artesãos do Brique da Redenção em Porto Alegre. In *Revista interdisciplinar de gestão social/ Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social*. V. 1, n. 3 (set/dez. 2012)-Salvador: EAUFBA.
- Oliveira, S.R., Missagia, S. V. (2014). *O Mercado de Alimentação Local e a Configuração da Feira Livre do Produtor*. EMA.

- Pereira Junior, F. (1977). *Feira de Campina Grande. Um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino*. Editora Universitária/UFPB.
- Projeto Unicampo (2003). *A Esperança Renasce*. Sumé: Folheto de Cordel.
- Ross, R.F.S.(2013). Bread and Roses: Women Workers and the Struggle for Dignity and Respect. *The journal of labor & society*, v. 16, n. March, p. 59–68.
- Sá, M.G. (2010). *Feirantes: Quem São? Como Administram seus Negócios?* Rio de Janeiro: XXXIV Encontro da ANPAD.
- Sales, A. P., Rezende, L. T. & Sette, R. S. (2011). *Negócio feira livre: um estudo em um município de Minas Gerais*. João Pessoa: III Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, p. 15.
- Siqueira, J. P. L.; Gaspar, M. A.; Telles, R. & Lollo, R. M.(2014). Gênese e evolução de um agrupamento de negócios varejistas: estudo de caso da feira das flores do CEAGESP. *Revista Capital Científica-Eletrônica*, n. 3, v. 12, p. 59–74.
- Souza, D. H. B., Dantas, J. C., Matias, T.B.O. & Moreira, E. (2014). *Feira Livre e Cultura Popular: Espaço de Resistência ou de Subalternidade?* VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Anais do VII CBG-ISBN: 978-85-98539-04-1. Vitória/ES.
- Souza, M.M. P., Almeida, G. O. & Pimentel, T. D. (2008a.). *A construção de Identidades e Estratégias na Feira do Jubileu em Congonhas*. Belo Horizonte: V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD.
- Souza, M. M. P., Almeida, G.O. & Pimentel, T. D. (2008b). *Dimensão Identitária em duas Feiras Híppies: uma Comparação Etnográfica entre Estados Unidos e Brasil*. Enanpad.
- Souza, R.M.B. & Tolfo, S. R.(2009). *Significados atribuídos ao trabalho em condições precárias: Um estudo com feirantes do Largo da Ordem de Curitiba-PR*. Dissertação de Mestrado defendida no programa de pós graduação em Psicologia.
- Souza, Y. S. (2001). *Aprendizagem Organizacional: Um Estudo sobre Feiras & Eventos Como Oportunidades Para a Cadeia Coureiro-Calçadista do Vale do Rio dos Sinos*. EnANPAD.
- Tadd, W., Vanlaere, L. & Gastmans, C. (2010). *Clarifying the Concept of Human Dignity in the Care of the Elderly: A dialogue between empirical and Philosophical Approaches*. *Ethical Perspectives*, v. 17, n.1, p. 253-281.
- Unicampo (2010). *Flor de Mandacaru*. Campina Grande: Folheto de Cordel (produção coletiva).
- Veiga, C.H. A., Lima, J. M. & ZANON, L. B.(2013). *Feira de negócios internacionais: uma proposta de jogos de empresas vivenciais em aula*. Internex T-Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, v. 8, p. 127–144.
- Zanelli, J.(2004). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.